

Regimento pode revogar preceito constitucional

BRASÍLIA — O Regimento da Constituinte deverá definir se a Constituição será elaborada "em termos unitários", ou se será possível o estabelecimento de decisões que revoguem preceitos constitucionais. O anúncio foi feito na sessão de ontem pelo Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães.

A declaração de Ulysses foi provocada por intervenção do Deputado Victor Faccioni (PDS-RS), que anunciou o encaminhamento à Mesa de uma resolução restabelecendo as prerrogativas do Legislativo e eliminando a figura do Decreto-Lei.

O mandato do Presidente José Sarney é transitório, o direito de greve é livre para todos os trabalhadores, o Presidente não pode mais baixar Decreto-Lei. Estas são algumas das proposições que começam a ser encaminhadas à Mesa da Constituinte, para serem discutidas e aplicadas ainda na Constituição vigente.

Uma vez decidido o poder da Constituinte para alterar os atuais dispositivos constitucionais, os parlamentares eleitos têm pronta uma série de resoluções cuja aprovação consideram indispensável para o trabalho de elaboração da nova Carta. O PT, por exemplo, considera a manutenção da Lei de Segurança Nacional incompatível com o processo constituinte, "por representar inequívoco constrangimento", segundo o Deputado Luís Inácio Lula da Silva.

O mesmo argumento sustenta a proposta da bancada petista, de extinguir a possibilidade de o Governo decretar o estado de sítio ou de emergência, assim como as medidas de emergência. Serve ainda ao projeto de resolução encaminhado ao Pre-



Parlamentares acompanham atentamente os esclarecimentos de Ulysses

sidente da Constituinte, declarando impedimento do Presidente Sarney para editar Decreto-Lei e conferindo ao Legislativo o privilégio de iniciativa para legislar sobre matérias econômicas e financeiras.

Dificilmente o PT teria condições, como partido minoritário, de fazer valer suas idéias, na medida em que esbarra na posição contrária de considerável parcela do PMDB, e praticamente na totalidade do PFL. Isso não impede, entretanto, que os petistas se aliem ao PDT, em projeto do

Deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ) para propor a transitoriedade do mandato de Sarney e a convocação de eleição direta para a Presidência ao fim da Constituinte.

O direito de greve sem restrições é outra idéia do PT que consta em projeto de resolução da bancada. A justificativa considera que a liberdade e soberania da Constituinte são reflexos do exercício da cidadania pelo povo, "verdadeiro titular do poder constituinte". Advoga o fim da Lei de Greve em Vigor.

AOS 81 ANOS, APLICAÇÃO TOTAL AO TRABALHO

Arinos estuda todas as Constituições

BRASÍLIA — Munido de três grossos volumes, que reúnem as Constituições brasileiras e os Regimentos das três Assembleias Constituintes já realizadas, e que pretende examinar detidamente, o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) não esperou o encerramento dos trabalhos de ontem do Legislativo para voltar ao hotel onde está hospedado com a esposa Anah.

— A vida parlamentar mudou muito a minha rotina — disse ele, admitindo estar "muito cansado" após ter participado da sessão Constituinte da véspera, que se prolongou até as 22 horas, e de ter assistido a uma parte dos trabalhos de ontem.

Aos 81 anos, depois de ter presidido a Comissão Provisória de estudos constitucionais, destinada a elaborar um anteprojeto de Constituição entregue ao Palácio do Planalto, Afonso Arinos não está entusiasmado com os primeiros momentos desta Constituinte — a segunda de que participa:

— Estamos, ainda, numa fase muito macante, em que apenas se trata da elaboração do Regimento — afirmou.

Primeiro nome lembrado para presidir a grande comissão que seria encarregada de elaborar a nova Carta, antes de seu encaminhamento ao plenário — idéia largamente abandonada pelos Constituintes —, Afonso Arinos evitou comentar o assunto:

— Ainda não se sabe como vai ser a Constituição — argumentou.

Paralelamente ao exercício das funções de Senador e de Constituinte, Arinos alimenta dois projetos literários: o primeiro é um ensaio sobre Brasília, "cujas modificações sofridas desde 1960 dão margem a muitas reflexões", e o segundo é nitidamente voltado à política:

— Serei um observador crítico da Constituinte — garantiu.



Moreira Alves, aliviado, diz que cumpriu missão

BRASÍLIA — "Uma experiência muito interessante". Assim o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro José Carlos Moreira Alves, classificou ontem a sua atuação na abertura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Satisfeito, ele disse que se sentia aliviado pela missão cumprida. "Agora voltamos à vida comum" — acrescentou.

Bem humorado, Moreira Alves classificou como normais até mesmo os tumultos e polêmicas que ocorreram durante a sessão que elegeu o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Quanto ao grande número de questões de ordens durante a sessão, o Ministro disse ter permanecido o tempo todo tranquilo. E afirmou ter ficado satisfeito com o resultado.

De volta à "vida comum", o Ministro iniciou os trabalhos do STF ontem, com a distribuição de 486 processos aos relatores. Apesar do grande acúmulo de processos durante o recesso do Judiciário, o Presidente do STF concluiu a audiência pública, em que foi feita a distribuição, em apenas 30 minutos. Normalmente a distribuição dos processos aos relatores é realizada duas vezes por semana, sempre em audiências públicas. Mais tarde, ele recebeu em audiência o Embaixador da Colômbia, José Jaime Nicolls, que foi-se despedir, pois deixará o Brasil.

Disputa por gabinete gera muita confusão no início dos trabalhos

BRASÍLIA — Trinta e cinco invasões de gabinete, algumas expulsões e muita confusão. Tudo isso marcou a estréia dos 301 novos parlamentares, que passaram os últimos dois dias brigando por um espaço no Congresso. Ontem à noite, depois de sucessivas reuniões, o Deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), recém empossado como Primeiro-Secretário da Mesa da Câmara, sugeriu que os novatos apresentassem um abaixo-assinado pedindo sorteio geral de gabinetes (exceto os já ocupados por antigos parlamentares).

— Não aguento mais, estou a ponto de ter um enfarte. Já recebi reclamação o bastante para me mandarem direto para o serviço médico — queixava-se o Secretário.

A confusão gerou outro protesto: algumas mulheres constituintes não querem gabinete sem banheiro. Como a maioria das salas que sobram para os estreatantes são sem banheiro, no Anexo-III da Câmara,

Paes de Andrade vai fazer dois sorteios: o primeiro, para as mulheres, dando preferência aos gabinetes com banheiro; o segundo, para os homens, com as salas que restarem.

— Não quero ficar no Anexo III. Acho um absurdo, os banheiros são coletivos. E até uma questão de higiene — protestava ontem nos corredores do Congresso a Deputada Moeira São Thiago (PDT-CE).

Também a filha do Prefeito paulista Jânio Quadros, Deputada Tutu Quadros (PSC-SP) não teve uma boa estréia na Constituinte. — Isto é uma imoralidade. Eu já estava com as chaves do gabinete, mas quando cheguei lá já tinham ocupado. Não tenho onde sentar para trabalhar — disse, irritada.

E nem tudo foi resolvido na calma. O Deputado Luiz Freire (PMDB-PE), filho do ex-Senador Marcos Freire, acusou a Deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) de insultar sua irmã, Laisa, e a Secretária Ana por

causa de gabinete.

Luiz Freire disse que recebeu as chaves do ex-Deputado Teodorico Ferraco, obtendo da Secretaria da Câmara a confirmação de que o gabinete seria seu. De plantão na Secretaria, a Deputada Rose de Freitas devolve a acusação a Freire e garante: "O gabinete está no meu nome".

Um dos motivos do tumulto é que muitos Deputados derrotados negociaram com os novos constituintes a entrega das chaves, às vezes em troca do aproveitamento de seus funcionários.

— No sábado, recebi as chaves do meu gabinete, no 962 do Anexo-IV. No outro dia, quando cheguei lá, outro Deputado, Délio Braz (PMDB-GO) já estava alojado, com secretária e tudo. Encontrei-o sentado na minha cadeira. Ele me disse que não saía de lá. Como é que ele também conseguiu a chave? — perguntava, revoltado, o Deputado Francisco Diógenes (PDS-AC).

Eleição definirá se PMDB vai ter líder na Assembléia

BRASÍLIA — A necessidade de eleição de um líder do PMDB especificamente para atuar na Constituinte está sendo questionada por dois candidatos à liderança do partido na Câmara, os Deputados Luiz Henrique e João Hermann. Por isso, foi retirado do texto das normas provisórias de funcionamento da Constituinte a exigência de que os partidos apresentassem seus líderes à Mesa em 24 horas. Agora, a decisão dependerá da eleição pelos Deputados.

Luiz Henrique disse que, se eleito, ouvirá a bancada sobre o exercício da liderança na Constituinte, mas adiantou sua opinião: "Os líderes do partido na Câmara e no Senado continuam sendo líderes na Constituinte".

O Deputado João Hermann acha que em vez de um líder especialmente eleito para a Constituinte, deveria funcionar uma espécie de Conselho Diretor, composto por parlamentares com experiência em cada uma das áreas específicas de interesse que

surgirão durante a elaboração da nova Carta.

Já Carlos Santana, também candidato à liderança, discorda por considerar que o papel dos líderes partidários nas duas Casas do Congresso, de um lado, e na Constituinte, de outro, difere muito. Os dois primeiros deveriam ser também líderes do Governo, figura que sequer deveria existir na Constituinte.

— Na Assembléia Constituinte, o eixo da atividade política não será a disputa entre Governo e Oposição — afirmou.

O Senador Mário Covas, apontado como candidato à liderança do PMDB na Constituinte, também insiste em que o partido separe as figuras dos líderes. Além do argumento da atividade essencialmente programática do líder na Constituinte, ele alinha outro: as estruturas da Câmara e do Senado não podem funcionar diretamente na Assembléia, que então se transformaria em mera reunião do Congresso.

Ulysses aprova a sugestão da sociedade civil

BRASÍLIA — O delegado do "Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte", Francisco Whietaker, propôs ontem ao Presidente da Assembléia Nacional, Deputado Ulysses Guimarães, que se apresente às comissões encarregadas de elaborar o ante-projeto de Constituição as sugestões dos representantes da sociedade civil, desde que contenham pelo menos 30 mil assinaturas.

Ulysses considerou importante a sugestão, acreditando que "toda matéria de direito público tem a representatividade como fundamental".

Comprometeu-se a encaminhar a proposta aos responsáveis pela redação do texto do Regimento Interno.

Whietaker, que estava acompanhando o Senador Mário Covas, informou que sua proposta já está com apoio por escrito de 33 parlamentares do PMDB, 16 do PT, 10 do PDT, 4 do PTB, 3 do PCB e 3 do PC do B. Whietaker, foi o primeiro representante civil a visitar a Assembléia.



Exército preserva seus interesses na Constituinte por meio de assessores

PORTO ALEGRE — O Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, informou ontem, em entrevista à Rádio Gaúcha, em Brasília, que já estão à disposição dos Constituintes quatro oficiais de sua assessoria parlamentar para prestarem qualquer informação.

O General confirmou ser contrário a modificações nas normas que regulam o papel constitucional reservado ao Exército, desde a Carta de 1891. Leonidas Pires disse ser "fundamental que se entenda que as For-

ças Armadas são instituições apolíticas, nacionais e se destinam à defesa da soberania, dos poderes constituintes, da Lei e da Ordem".

O Ministro explicou que o Exército há muitos anos vem fazendo o acompanhamento dos trabalhos legislativos e que, durante a Constituinte, dedicará uma atenção especial ao processo.

— Como outros segmentos da sociedade brasileira, o Exército pretende fazer tudo aquilo que se coaduna com o regime democrático.

Planalto não aceita saída de Aparecido

BRASÍLIA — "Nenhum brasileiro pode deixar de atender a um pedido do Presidente Sarney", afirmou ontem o Governador do Distrito Federal, José Aparecido, ao revelar que o Palácio do Planalto ainda o quer no cargo. Aparecido explicou que a decisão sobre quem deve governar a Capital é exclusiva do Presidente.

Quanto ao anúncio que fez, colocando o cargo à disposição, disse que o assunto não era para ser discutido com mais ninguém, e por isso conversou a respeito com Sarney. Afirmou que ao tomar a iniciativa de ir ao Planalto para apresentar seu pedido de renúncia só o fez por entender que já cumpriu seu dever, que era o de presidir as primeiras eleições do Distrito Federal. Como Sarney recusou, ele vai continuar no posto.

O Governador José Aparecido não quis comentar a possibilidade de que alguns grupos estejam articulando a sua permanência no posto. Comentou apenas que não é proibido fazer esse tipo de movimento.